

Acumulação do Capital e Recursos Não-pagos: a busca por outros mercados externos na periferia

João Vitor Fernandes Pinto¹

Resumo: Este estudo examina as percepções de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo e a importância de mercados externos não capitalistas para a acumulação de capital. Realizamos uma revisão bibliográfica crítica do desenvolvimento capitalista na América Latina desde o final do século XIX, focando nos novos mercados externos em um contexto globalizado. Nossa hipótese sugere uma mudança da centralidade dos modos de trabalho para a exploração predatória dos recursos naturais nos mercados externos. Testamos isso analisando os modelos de exploração do lítio na Argentina, Bolívia e Chile. Concluímos que esses espaços continuam a comprimir os preços do capital fixo e variável, mantendo a necessidade de acesso aos mercados externos para a acumulação, entretanto não necessariamente através do imperialismo do século XIX.

Palavras-chave: imperialismo; mercados externos; lítio

1. A interpretação histórica do imperialismo por Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo, em sua obra "A Acumulação do Capital", dedicou-se a analisar criticamente o modelo de reprodução ampliada proposto por Marx, ela parte desses esquemas para compreensão do processo histórico de desenvolvimento capitalista. Seu objetivo era desvendar as formas pelas quais o capital conseguia realizar sua reprodução e expansão para além de um circuito considerado "fechado". Ao perceber a limitação da realização completa da mais-valia total dos capitalistas dentro de uma sociedade capitalista, a autora destaca a necessidade de áreas não subordinadas à produção capitalista para que o capital possa ampliar-se e reproduzir-se plenamente. Reposicionando o processo de acumulação primitiva para junto da reprodução ampliada, indissociáveis entre si, no processo geral de acumulação do capital. (Luxemburgo, 1976).

Nesse contexto, o imperialismo atua por meio da apropriação e expropriação de áreas não-capitalistas, destruindo suas formas de reprodução social. Isso ocorre concomitantemente ao uso desses espaços como ferramentas para a realização do capital, tanto no setor de meios de produção quanto nos meios de consumo. Em paralelo à exportação de capital do centro capitalista para desenvolvimento das forças produtivas. Luxemburgo (1976) vai ainda descrever historicamente como

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

esse processo se dá historicamente, bem como seu ineditismo na destruição da economia natural em níveis não atingidos por demais dominações de outro tipo.

A argumentação de Luxemburgo evidencia o caráter contraditório do capitalismo. A necessidade de zonas não-capitalistas é crucial para a reprodução total do capital, no entanto, esses modos de produção são continuamente destruídos para dar lugar ao modo de produção capitalista. O processo de destruição dos demais modos de produção, principalmente pela maneira violenta como o capitalismo exerce sua dominação, impede que as populações se reproduzam socialmente de outras formas que não envolvam a mercantilização da terra e do trabalho. (Luxemburgo, 1976)

Dessa forma, a análise de Rosa Luxemburgo destaca o processo imperialista, observado não apenas por ela, mas também por seus contemporâneos, da segunda metade do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra, como caracterizado pela destruição seletiva de outros modos de produção em prol do avanço do modo de produção capitalista. O momento histórico em que ela está se debruçando sobre esse processo é central para o diagnóstico obtido, o capitalismo adentrava em sua fase monopolista em que se destaca o papel do capital financeiro, isso é, o capital bancário em associação com o industrial. Desse modo, a competitividade capitalista não estava mais associada somente à produção, os Estados Nacionais estavam agora envolvidos para assegurar que o seu capital nacional pudesse acessar os “mercados externos”, ou melhor, as zonas ainda não submetidas ao modo de produção capitalista. O papel do Estado será de assegurar a capacidade militar na destruição dos outros modos de produção bem como na rivalidade inter-imperialista, como visto na partilha da África e nas Grandes Guerras. (Luxemburgo, 1976)

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão. (Luxemburgo, 1976, p. 393).

No trecho acima Rosa elucida a contradição do processo de expansão capitalista, a expropriação dos demais modos de reprodução social é meramente como se manifesta na realidade política a incompatibilidade econômica do modelo. É ainda de grande relevância ao pensar que a autora já apontava para a proporção geográfica que o capitalismo alcançava à época, uma vez que o esgotamento dos espaços não capitalistas é propriamente o esgotamento da possibilidade de reprodução total do capitalismo. (Luxemburgo, 1976). É justo nesse ponto que esse trabalho busca compreender e atualizar o que significam os “mercados externos” à produção capitalista ainda

presentes no século XXI. Se faz necessário compreender, se geograficamente os espaços não subordinados ao capitalismo já aparentavam escassos à mais de um século, quais são os aspectos que continuam possibilitando a reprodução social ampliada do capital.

Nenhuma formulação pode ser feita sem admitir a continuidade do imperialismo ainda no século XXI, apesar de evidentes transformações no modo de produção capitalista e nas conformações de poder do capital, em parte deslocados da Europa. Portanto o esforço de traçar uma linha temporal histórico-teórica para compreender como os espaços não-capitalistas eram utilizados para a reprodução do capital desde a época de Rosa Luxemburgo até a atualidade.

Um dos aspectos principais pelos quais Rosa Luxemburgo destaca a necessidade de espaços não-capitalistas diz respeito à forma de trabalho empregada. Luxemburgo (1976) aponta para além do processo de ampliação do capital pela realização da mais-valia nos mercados externos, as zonas não-capitalistas são também onde irão se produzir meios de reprodução do capital constante e variável do centro capitalista. Exemplificado na produção têxtil inglesa, em que o capital constante era fruto de trabalho escravizado nos Estados Unidos, enquanto os cereais que compunham a alimentação dos trabalhadores ingleses vinha do trabalho servil na Rússia. Essa necessidade das zonas não-capitalistas para além da realização de mais-valia é central para pensar o processo (violento) de desenvolvimento das forças capitalistas na periferia do sistema.

O resultado geral é que, ao incorporar-se ao capital, os dois artífices primitivos da riqueza, trabalho e terra, aquele adquire um poder de expansão que lhe permite estender os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente traçados por sua própria magnitude, isto é, pelo valor e volume dos meios de produção já produzidos e nos quais se manifesta sua existência (Marx *apud* Luxemburgo, 1976)

Assim como Rosa Luxemburgo apontou a produção de algodão e de cereais no período inicial de desenvolvimento capitalista, ao atingir a fase monopolista, e por conseguinte imperialista, há intensificação das contradições. (Luxemburgo, 1976) No decorrer do século XIX a exportação de capitais dos países centrais exerciam na América Latina um processo de transição ao capitalismo, nesse período aboliu-se a escravidão no continente enquanto se expandiram as áreas de ocupação, a chamada “colonização de áreas vazias” só foi possível pela vinda das estradas de ferro para o continente. (Cardoso; Brignoli, 1984). O que se tem é justamente a transição dos elementos básicos, terra e trabalho, à um modo de produção que os mercantiliza.

Entretanto, é interessante notar que esses espaços já eram tradicionalmente fornecedores de matérias-primas para produção capitalista no centro, toda a produção para a exportação que pauta a economia desses países. A questão da forma de trabalho ainda se manterá alheia ao trabalho livre por algum tempo, pois o que substituiu diretamente a abolição foram sistemas de “patronagem”,

“aprendizagem” ou demais categorias de trabalhos compulsórios. (Cardoso; Brignoli, 1984) Enquanto a inserção de capital, sobretudo a introdução das estradas de ferro, pressiona no sentido de desenvolvimento das forças produtivas.

desde sua origem, o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo. Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro; tira os meios de produção de todos os cantos da terra [...] para utilizar produtivamente a mais-valia realizada, torna-se mister que o capital progressivamente disponha da maior quantidade de terra para poder fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção. (Luxemburgo, R, 1976)

Neste momento novamente vemos como o período de transição da economia latino-americana ao capitalismo dependente ocorre no sentido descrito da acumulação do capital total. A interiorização no continente visava alcançar novos recursos naturais, mas sobretudo, as terras adicionais são espaços ainda não submetidos ao total funcionamento capitalista. Desse modo, são espaços em que será possível a utilização de recursos não-pagos ou barateados que reduzam os custos de capital constante e variável. (Luxemburgo, 1976) Há, no entanto, mais um requisito para que se efetivasse a expansão para as “áreas vazias” no interior do continente americano. Ora, para que o acesso à essas terras caracterize um aumento de oferta de insumos para a produção no centro do capitalismo com um valor reduzido o custo de expansão não pode ser elevado. Portanto, o acesso às novas terras só pode ser efetivado sem o pagamento adicional da renda da terra, isso se verifica pela abundância em que se dispunha esse “elemento primitivo da riqueza”. (Cardoso; Brignoli, 1984)

A relação ainda se mantém atual, como se verá adiante, pelas novas maneiras que o capital necessitará para apropriar-se de espaços adicionais. Esses espaços não serão necessariamente espaços físicos na forma de terras, mas com o desenvolver das atividades primárias, poderá ser percebido ao não considerar a totalidade dos recursos desgastados nas atividades. Assim, a água pode ser considerada ainda um recurso não pago para uma variedade de atividades exportadoras praticadas na América Latina, como na mineração ou na pecuária, em que os custos da utilização – ou mesmo contaminação nos casos mineiros – da água não se é contabilizado no valor total do produto exportado, rebaixando os custos, tanto de capital constante como variável

2. Desenvolvimento da industrialização na periferia

Furtado (2007) aponta como uma das consequências diretas da expansão do setor exportador sob modo de produção propriamente capitalista, com pagamento de salários, acarreta uma demanda por bens manufaturados no interior dos países latino-americanos. Ou seja, sob esse regime de trabalho, a garantia de reprodução de sua subsistência só pode se dar por meio da compra desses bens,

de modo que há uma demanda crescente por bens manufaturados. Para atender, portanto, à essa demanda emergente, dentro estrutura econômica dos países latino-americanos vão se iniciar produções de bens básicos de consumo para os trabalhadores. Como bem explicita o autor, a intensidade e o volume desse processo de 1ª fase de industrialização será completamente dependente do nível de atividade do setor dinâmico, exportador.

Nesse sentido, existem forças antagônicas que vão caracterizar o padrão de funcionamento dessas economias. O setor exportador, que é o dinamizador tem sua rentabilidade baseada nos preços internacionais de seus produtos, algo pelo qual eles não tem tanto controle, sobretudo nesse primeiro momento, de transição. Por sua vez, o mercado consumidor incipiente responderá à essa expansão com maior demanda por bens de consumo, demandando inclusive além do que o setor incipiente de bens de consumo interno é capaz de fornecer, ou seja, impulso às importações. Está explícita a inversão em: “a elevação de produtividade é acompanhada de uma simplificação na estrutura da oferta de origem interna e de diversificação na composição da demanda global” (Furtado, 2007 p.174)

Entretanto, o nascimento desse mercado interno não é uniforme para todas as economias de exportação, dependendo do tipo de atividade. A distinção entre mineração ou agropecuária é essencial, a maneira de atuação de cada uma das atividades, com a necessidade de recursos distintos e disponibilidade diferente de mão-de-obra para cada uma destas refletirá no padrão de industrialização dos respectivos países. (Furtado, 2007)

A atividade mineradora exige um volume de capital enorme, bem como um aporte infraestrutural mais complexo e especializado, essas características diferem completamente da economia de países com desenvolvimento capitalista tão incipiente, desse modo a atividade dinâmica desses locais terá uma participação do capital estrangeiro direta e expressiva. Quanto à mão-de-obra ainda há de se notar a baixa absorção gerada, por conseguinte com salários reduzidos. Desse modo se trata de uma atividade concentradora da renda, com impulso da economia de mercado insuficiente para engendrar um processo de industrialização mais profundo, agravado pelo fato de os lucros serem remetidos ao estrangeiro. (Furtado, 2007)

Por sua vez, a atividade agrícola ou pecuária não exigia um volume tão intenso de capital, o que não significa de modo algum “autonomia” em relação ao capital estrangeiro, esse último terá uma participação indireta – como no financiamento dos estoques de café brasileiros. Apesar das taxas de salários dependerem da disponibilidade de mão-de-obra nas regiões mais do que do tipo de atividade econômica, a absorção pela agricultura de exportação é muito superior que pela mineração. (Furtado, 2007)

Além disso, é importante ressaltar a importância das etapas mencionadas no processo de transição capitalista, cronologicamente destacado no século XIX. Os sistemas de transporte responsáveis por integrar os setores dinâmicos que se interiorizavam em relação aos portos e às regiões de produção de alimentos, articulados à possibilidade de utilização extensiva da terra, apropriada sem custo adicional são fatores ainda mais essenciais nos casos de exportação de produtos agrícolas. Se faz necessário ser redundante quanto ao papel da instalação de ferrovias para que se efetivasse tal dinâmica, bem como a característica da introdução ferroviária: estrangeira. (Cardoso; Brignoli, 1984)

Em seu desenvolvimento, o processo de industrialização latino-americano ainda compreenderá uma nova fase, da substituição de importações. Historicamente esse processo se dá com a crise de 29, sobretudo pela inflexão no setor exportador, principal atingido e enfraquecido pela desestruturação econômica do centro importador de gêneros alimentícios e minerais. Ainda que a capacidade da fase anterior, induzida pelo setor exportador, já não propiciasse o mesmo grau de industrialização – isso é, consistia em uma adição de unidades de produção similares, incapaz de promover diversificação industrial. Agregado aos impactos na rentabilidade, assim como no acesso à capital estrangeiro e às importações rompem a possibilidade de continuidade de desenvolvimento assim consolidado. A resposta do setor industrial verificará um desenvolvimento propulsionado a partir do mercado interno, em que os bens anteriormente importados fossem substituídos pelo núcleo industrial estabelecido através da utilização de capacidade ociosa. (Furtado, 2007)

Ainda que o esforço do processo substitutivo de importações envolvesse a interiorização da produção em vista da compressão forçada da capacidade de importação, esse processo não se deu de maneira linear e completamente apartado do setor primário-exportador. Isso pode ser percebido pela própria divisão internacional do trabalho, em que o controle das esferas financeira e tecnológica condicionavam a rentabilidade do setor exportador, bem como a possibilidade de orientação do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, apesar do choque externo causado pela crise de 29, na medida em que se recupera em certa medida a atividade econômica nos países centrais o setor exportador dos países latino-americanos retornam sua relevância – ainda que agora não seja único protagonista. (Furtado, 2007)

O esforço seguido pelos países especializados na produção de produtos primários após o choque externo que condicionou o impulso substitutivo de importações será de tentar reter os recursos gerados internamente pelos setores exportadores e direcionar aos investimentos industriais. Ou seja, após o primeiro momento, quando o sistema de divisão internacional do trabalho retorna a condições semelhantes de antes da crise a vulnerabilidade externa retorna, mas agora agravada. Os custos tecnológicos e financeiros de seguir com o projeto industrializante nos países latino-americanos estão

sempre condicionados à capacidade de contornar a instabilidade econômica ligada diretamente ao setor exportador. (Furtado, 2007)

Desse modo, os países tentaram se utilizar de distintas ferramentas condizentes com seus produtos de exportação para se protegerem da vulnerabilidade sistêmica, e assim prosseguir com um processo industrializante. Para países produtores minerais, caracterizados pela atuação direta do capital estrangeiro as alternativas estiveram sobretudo ligadas à arrecadação fiscal pelo Estado sobre os lucros e à tentativa de integrar o processamento das matérias-primas na indústria emergente. Ora, ainda que o acúmulo de divisas possibilitado pelos mecanismos fiscais seja capaz de contornar a tendência à crise de balanço de pagamentos característica dos países latino-americanos, a dependência tecnológica é evidente para integrar as atividades mineradoras, quase enclaves até então. (Furtado, 2007)

Por sua vez, para aqueles países de produção agropecuária não houve um padrão claro. O caso brasileiro é extraordinário pela capacidade de controle do preço internacional em vista de seu volume de oferta. A atuação no campo comercial nesse sentido é capaz de assegurar estabilidade na rentabilidade do setor exportador, utilizando dos estoques como âncora de preços. No entanto esse processo vem com um custo na esfera financeira, afinal o financiamento de estoques volumosos de café só são possíveis com empréstimos internacionais. Em situação menos favorável, o Estado argentino tomou para si o monopólio das exportações de modo a maximizar a rentabilidade do setor exportador enquanto se apropriava de parcela do excedente para direcionar aos investimentos industriais. Entretanto, mesmo com sucesso em primeiro momento, na medida em que o setor agropecuário perdia relevância tensionando a inflação, o Instituto Argentino para Promoção do Intercâmbio (IAPI) altera a política em benefício do setor exportador. (Furtado, 2007)

Furtado (2007) explicita como mais evidente que a intenção das medidas – controlar fluxos financeiros, retenção de recursos e orientação ao mercado interno – é a identificação de ferramentas. A eficácia de cada uma delas em dotar o Estado de capacidade de orientar investimento foi distinta, entretanto comungam da brevidade. Como visto, em todos os modelos após algum momento de industrialização propriamente propulsionada pelo mercado interno, foi a contínua apropriação estatal da especialização nos produtos primários de exportação que permitiu maior alcance de desenvolvimento industrial.

Ainda que a condição de dependência, sobretudo financeira e tecnológica, da América Latina em seu desenvolvimento fossem evidentes entraves, o processo de industrialização persistiu até meados dos anos 80. Entretanto, após uma década anterior de crises chave da economia internacional, destacado o fim do padrão de Bretton Woods e a retomada da hegemonia americana através da força

do dólar, os rumos das economias latino-americanas também se alteraram. (Tavares, 1985) As reconfigurações políticas e econômicas desse período geraram na periferia principais consequências: crise da dívida externa, aumento da volatilidade dos capitais estrangeiros e um mergulho no neoliberalismo.

A primeira e a terceira consequências são completamente interdependentes na medida em que continuamente perpetram o dismantelamento das ferramentas do Estado de apropriação e orientação de recursos. Nesse sentido, os aparelhos estatais são apartados do processo produtivo industrial pela ideologia liberal e sequer das possibilidades de incentivá-lo pelo agravamento da crise econômica. De modo que o ápice dessa conjunção é o retorno às atividades primário-exportadoras incentivada pelo Estado. No entanto, a estrutura de produção tanto agropecuária como mineral já não se dá mais como na primeira fase da industrialização latino-americana. Os avanços tecnológicos atuais reduzem drasticamente o emprego de mão-de-obra nesses setores, de modo que a necessidade de importação de bens de capital se estende também para as atividades primárias. (Sawaya, 2022)

3. Parte III

Em face do desenlace econômico ao final do século passado, a entrada dos países periféricos no século XXI já se faz em situação de especialização nas atividades primárias. Nesse sentido, o entrave enfrentado desde sempre está localizado na vulnerabilidade que uma especialização em setores baseados na demanda externa revelam. Com o agravamento da maior utilização de capital e tecnologia também nesses setores.

Assim como se modificaram as formas de produção nesses setores, o mesmo ocorreu para os Estados que nelas se especializaram. Ora, cientes da vulnerabilidade à qual estão submetidos, os países tentam encontrar novas ferramentas, ou ao menos repaginar as antigas, para se aproveitarem dos recursos gerados. É evidente que assim como nas caracterizações do século XX, existem diversas variáveis que servirão para distinguir a partir do tipo de atividade, da infraestrutura necessária, emprego de mão-de-obra, etc.

Entretanto, além das condições já citadas, a análise de como se desenvolve a extração e produção do lítio se faz ainda mais relevante por dois fatores. Tanto pelo seu início e andamento em paralelo com o processo de reprimarização das economias latino-americanas, que é justamente o local geográfico onde estão localizados os principais depósitos mundiais. Como também pela circunstância em que se despontou a demanda por esse insumo, afinal, trata-se de uma procura motivada pelo agravamento das mudanças climáticas associada à expectativa de que haja uma transformação

profunda na matriz energética mundial. Não por menos, é caracterizado como um “insumo crítico”. (Fuser; Santos-Fuser, 2023)

Daí se dá a notável importância de compreender a relação que os Estados localizados no triângulo do lítio tem desenvolvido com a indústria extrativa frente às condições internas e externas. Por se tratar de uma atividade mineradora, exigente de uma infraestrutura específica e inversões expressivas, tal como no passado é comum a presença preponderante de capital estrangeiro para a realização dessas atividades em Argentina, Bolívia e Chile, mas em diferentes formas. Além disso, por se tratar de um insumo com uma cadeia de valor de alta complexidade e tecnologia, há uma fronteira complicada de ser ultrapassada pelos países que detém as reservas para a continuação da transformação do lítio até o produto final que são as baterias. (León et al, 2020)

Nesse sentido, o caso argentino é ímpar na maneira de sua governança do lítio, pois aborda a atividade extrativa desse sem preocupação ou investimento direcionado ao processamento e restante da cadeia produtiva. Entretanto, a especificidade desse caso é reflexo justamente do contexto destacado anteriormente de reprimarização e reformas estruturais das economias latino-americanas. Apesar do lítio ser caracterizado globalmente como insumo crítico e, portanto, desfrutar de condições especiais nos demais países que o exploram, na Argentina o recurso é parte do mesmo marco normativo de atividades mineradoras. Compõem os pilares normativos a Constituição, de 1994, o Código de Mineração, reformado em 1997, e a Lei de Atividade Mineradora 24.196, de 1993. (León et al, 2020)

Através de tal legislação o Estado descentraliza para as províncias a administração e responsabilidade pela atividade, além de autorizar a exploração por particulares. Por último, a lei de 1993 assegura incentivos à atividade mineradora no país, inclusive sobrepondo a autonomia provincial para tal. Um dos incentivos diz respeito à estabilidade fiscal pelo período de 30 anos, o que abarca tributação em todos os níveis surgida nesse interim. Por sua vez, a norma garante benefícios na dedução de valores da inversão, desde a prospecção até a própria infraestrutura, sobre os impostos de renda e IVA. Para mais, outras regalias e condições especiais se verificam localmente. (León et al, 2020)

Assim sendo, fica claro como no caso argentino a forma de governança do lítio não envolve o uso de qualquer ferramenta adicional – além da tributação, que é consideravelmente diluída - para se apropriar da rentabilidade do setor exportador. Essa posição se verifica tanto objetivamente quanto no discurso, o ex-presidente Macri enquanto esteve chefe do executivo destacou a geração de divisas e dos empregos diretos e indiretos pela atividade extrativa como principal interesse de aproveitamento

do lítio (León et al, 2020). Portanto, o que se observa é uma subordinação total à divisão internacional do trabalho, se tornando completamente vulnerável às instabilidades externas.

Por sua vez a Bolívia, proprietária da maior reserva de lítio no planeta, compreende uma política diametralmente oposta, mas também condizente ao contexto diferente em que se desenvolveu seu marco normativo e a exploração. O modelo boliviano durante parte considerável de sua história foi da exploração dos recursos naturais, usualmente por empresas estrangeiras e com pouco benefício ou ainda prejuízos à população local. Nesse sentido a Guerra do Gás e a Guerra da Água são precedentes importantes para a mudança que emergiria com a ascensão de Evo Morales e o Movimiento al Socialismo (MAS). A partir de 2009, com a nova Constituição boliviana a mudança paradigmática da relação entre Estado, recursos naturais e bem-estar social é evidente, nela consta a indivisibilidade e inalienabilidade dos recursos naturais do povo boliviano, cabendo ao Estado a função de administra-los visando sempre o interesse coletivo. (León et al, 2020)

Nesse sentido o lítio é ainda sublinhado como estratégico, constando tanto a extração como a industrialização do Salar do Uyuni como prioridade nacional. Desde a mudança de rumo o Estado boliviano criou gerências e departamentos específicos, os quais elaboraram um projeto de industrialização em 3 etapas. Resumidamente, a primeira diz da instalação de plantas piloto, a segunda trata da elevação da produção à níveis industriais e, a última envolve a produção local de baterias de íon-lítio, o último elo da cadeia produtiva. O projeto é ambicioso e pretende uma real integração econômica e social para a exploração do recurso, entretanto os gargalos tecnológicos são enormes, exigindo adaptações por parte do governo. (León et al, 2020)

Nesse sentido, a associação com empresas estrangeiras se fez necessária nas duas etapas posteriores do projeto, desde o desenho à construção da infraestrutura das plantas industriais empresas alemãs e chinesas estiveram diretamente envolvidas. Ademais, desde 2017 com a criação da empresa pública Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) abriu-se oportunidade para que empresas estrangeiras se associassem minoritariamente para atuarem no setor de baterias. Entretanto, mesmo para a etapa de produção industrial o núcleo promotor percebeu como a dependência tecnológica se evidencia, de modo que ainda hoje não se concluiu essa etapa, pois houveram desentendimentos entre população local e a empresa estrangeira associada. (León et al, 2020)

No caso da terceira ponta deste triângulo, o Chile está em uma posição intermediária entre os três, também é o país que realiza a exploração desse insumo a mais tempo e o maior produtor mundial. As primeiras normatizações a respeito surgem na década de 80 com o Estado criando convênios com empresas internacionais interessadas na exploração. Desde esse momento a participação da Corporação de Fomento da Produção (CORFO) será central na intermediação dos convênios e no

arrendamento das terras utilizadas para mineração, justamente a agência criada durante a etapa de substituição de importações que permitiu ao Chile se proteger da vulnerabilidade externa frente às exportações de cobre. (León et al, 2020)

Com a normatização, as atividades se iniciam na última década do século XX, e o processo de abdicação da esfera produtiva da tutela estatal se confirma novamente. Ainda que a CORFO fosse minoritária nos convênios até então, desde 1995 as maneiras de apropriação da renda desse setor se limitam a royalties e percentuais sobre vendas e sobre produção. Esse modo de operação e apropriação da renda em pouco beneficiava o país, de modo que em 2014 as tensões internas se acirravam em torno da utilização desse recurso. Enquanto as empresas possuíam os recursos econômicos e tecnológicos, é no âmbito político que reverbera essa interação, em vista disso criou-se a Comissão Nacional do Lítio para traçar uma estratégia nacional que equipasse o Estado de ferramentas institucionais para melhor orientar e apropriar-se da exploração. (León et al, 2020)

A partir da nova orientação, o Chile aumenta sua participação na apropriação geral da renda gerada, ou seja, royalties e arrecadação fiscal em percentuais maiores. Além disso, os novos contratos envolveram a perspectiva de desenvolvimento da cadeia produtiva, a ser realizada por investimentos em instituições de P&D por cada uma das empresas. Para mais, se estabeleceram cotas de um quarto da produção que devem se destinar ao setor industrial localizado no país, essa quantia ainda deve ser repassada sob preço especial. (León et al, 2020) Em vista disso é possível perceber uma reorientação da dinâmica chilena, propondo a superação da fronteira tecnológica financiada pelas empresas internacionais e assegurando um desenvolvimento industrial também nesse sentido.

Considerações finais

Compreendendo as maneiras de governança adotadas por cada um dos países do triângulo do lítio percebe-se que, apesar de mais ou menos integrado a economia local, em todas elas a opção se dá por explorar o recurso. Isso há de ser ressaltado pois, além de uma atividade danosa ao meio ambiente, como se espera da mineração, os salares são regiões povoadas sobretudo por populações indígenas. Portanto, a opção pela exploração envolve um deslocamento e uma destruição de modos de reprodução social não-capitalistas distinguindo-se apenas pelo perpetrador dessa violência. No caso do capital internacional que se insere para explorar, denominamos capitalismo, e quando, como no caso boliviano o próprio Estado promove essa violência, podemos chamar uma auto-colonização.

Apesar de em primeiro momento a semelhança de um processo imperialista com a utilização de um país dos recursos naturais dos quais dispõe em seu território não pareça evidente, ao retomarmos o papel desempenhado por esses fenômenos no processo geral de acumulação capitalista

descrito por Luxemburgo a relação se esclarece. Uma vez que, na crítica da autora, a convivência do sistema capitalista com outros modos de reprodução social é condição indispensável tanto para que a mais-valia total dos capitalistas seja realizada, mas sobretudo para que os elementos constituintes do capital constante e variável tenham seus preços rebaixados. E Luxemburgo salienta ainda que a convivência e posterior destruição dos outros modos de reprodução ocorre primeiro no interior dos países capitalistas, de modo que eles buscam “mercados externos” não a partir do que é externo à um Estado, mas externo ao modo de produção. (Luxemburgo, 1976)

A relação do lítio nesse processo então, seja através da ação internacional ou do Estado, seria de rebaixamento dos preços de capital constante para o centro capitalista industrializado na medida em que haveriam elementos não-pagos sendo utilizados nessa exploração. Uma vez que o trabalho nesse setor é atualmente assalariado, está na atividade extrativa o elemento não contabilizado que rebaixa o preço para a produção total.

As regiões em que se encontram o lítio em salares são especialmente áridas, com precipitação anual abaixo de 200mm em todos os salares, o que significa no mínimo que o reabastecimento dos aquíferos subterrâneos são incompletos. De modo que os geólogos classificam 80% da água presente nos aquíferos chilenos como “águas fósseis”, ou seja, impossível que se renovem nas atuais condições climáticas. Essa característica é também compartilhada pelos aquíferos de Argentina e Bolívia, entretanto, não é certa a proporção por debilidade ou subestimação nos estudos de impacto ambiental realizados. Tanto nos estudos conduzidos por empresas privadas concessionadas, quanto no projeto estatal boliviano inexistem menções à água como recurso potencialmente não renovável (Nacif, F.; Lacabana, M, 2015).

Enquanto o método de extração do lítio se baseia bombear água em piscinas para obter os minerais a partir da precipitação. Ou seja, alto consumo tanto de água salgada como doce. Os casos chilenos, por se tratarem de empresas mais consolidadas e com inversões maiores permitem dimensionar o tamanho do impacto: SQM produzia em 2012 48.000t de carbonato de lítio, para isso extraía 1.700 l/s de salmoura e 240 l/s de água doce (SQM 2012; apud Nacif, F; Lacabana, M, 2015). Enquanto nos projetos localizados na Argentina tem-se a extração de 400 l/s de salmoura e 60-80 l/s de água doce para 20.000t pela LithiumAmericas e 240 l/s de salmoura e 20 l/s de água, não distinguida, para 17.500t por parte da Orocobre (Nacif F; Lacabana M, 2015). Uma vez que a produção industrial ainda não se iniciou na Bolívia não há dados para esse impacto, entretanto se projeta 832 l/s de salmoura e 168 l/s de água, uma projeção carregada de preocupação e certa de impactos severos no lençol freático e no balanço hidrológico regional (Nacif, F.; Lacabana, M, 2015).

Portanto, o “mercado externo” buscado pelas empresas de capital internacional dos países de desenvolvimento avançado que configuram a necessidade de expansão para assegurar a reprodução ampliada, denominamos imperialismo. Pode ser observada movimento semelhante pelos países periféricos, evidentemente não se trata de uma disputa inter-imperialista entre esses e os primeiros. É, na verdade, a maneira encontrada de assegurar uma proteção contra a vulnerabilidade externa em um contexto de reprimarização da estrutura econômica, em que a garantia do setor primário-exportador é central para qualquer tentativa de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, C; Brignoli, H. História Econômica da América Latina. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984
- Furtado, C. A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 4ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- Fuser, I; Santos-Fuser, L. A América do Sul na corrida global pelos “minerais críticos”: oportunidades e riscos. Belo Horizonte, 2023
- Nacif, Federico; Lacabana, Miguel. (coord.). ABC del litio sudamericano. 1ª Edição. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini; Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2015
- León, M. et al. La gobernanza del litio y el cobre en los países andinos, Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/124), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.
- Luxemburgo, Rosa. A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- Sawaya, R. Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: aportes de Ruy Mauro Marini. Revista Reorient UFRJ, v. 2, p. 192-215, 2022
- Tavares, MC. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política, v. 5, nº2, abril-junho, 1985